

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG**, para atender as necessidades da Coord. de Saúde Mental / Residências Terapêuticas, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Coord. Saúde Mental / Residências Terapêuticas;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto 11.462/2023;

1.5. Prazo: 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
1	461517	Gás GLP em cilindro de 13Kg	Unid.	96
<p>A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a Contratante, cilindros de gás de 13kg, conforme o quantitativo solicitado pela unidade requisitante, que deverão permanecer em Regime de Comodato, pelo período de 1 (um) ano.</p>				

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme

justificativa presente nos autos do processo nº 31.588/2023.

2.3. O fornecimento do objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente utilizado de forma frequente dentro das unidades de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) anos contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Gás GLP em cilindros de 13kg, para suprir as necessidades da Coord. de Saúde Mental / Residências Terapêuticas, pelo período de 1 (um) ano;

3.3. A presente aquisição de Gás GLP 13kg visa contribuir para o regular abastecimento e funcionamento da rotina das 4 (quatro) Residências Terapêuticas, sendo objeto indispensável para a manutenção de suas atividades diárias, com o jejum, almoço, lanhe da tarde, jantar e lanche da noite, conforme Portaria nº 106/GM/MS de 11 de fevereiro de 2000;

3.4. O quantitativo solicitado teve como base o cálculo do histórico de consumo que tivemos nos últimos 10 (dez) meses, pois a Residência Terapêutica 1 (um), teve sua abertura em dezembro de 2022, e as outras Residências teve sua abertura recentemente em outubro de 2023. Considerando que era uma demanda que não estava prevista, mas com a abertura das 4 (quatro) Residências Terapêuticas obteve-se uma demanda maior de gasto de gás, onde só o quantitativo que os CAPS e a Gerência de Saúde mental usam, não seria o suficiente para abastecer todas as Residências. Logo, cada Residência Terapêutica terá um consumo médio de 02 (dois) botijões de gás mensalmente, conforme planilha acostada à fl. 05;

3.5. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

3.6. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo do objeto solicitado, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades requisitantes, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. AQUISIÇÃO, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG**, para atender as necessidades da Coord. de Saúde Mental / Residências Terapêuticas, pelo período de 1 (um) ano;

4.2. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado;

4.3. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

4.4. A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a Contratante, cilindros de gás de 13kg, conforme o quantitativo solicitado pela unidade requisitante, que deverão permanecer em Regime de Comodato, pelo período de 1 (um) ano.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado;

5.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

5.3. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes;

5.4. Entregar o material no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.5. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

5.6. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

5.7. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

5.8. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.9. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade:

5.9.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.9.2. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA;

5.9.3. Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

5.9.4. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

5.9.5. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos;

5.9.6. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

5.9.6.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

5.9.6.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

5.9.6.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos;

5.10. Ter comprovação de Registro ou Inscrição junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando o exercício da atividade de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 709, de 14/11/2017, da ANP – Agência Nacional de Petróleo e/ou Autorização fornecida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para o exercício da atividade de Revenda, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 51, de 30/11/2016 – ANP (Agência Nacional de Petróleo), caso o licitante não seja distribuidor.

5.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.12. A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a Contratante, cilindros de gás de 13kg, conforme o quantitativo solicitado pela unidade requisitante, que deverão permanecer em Regime de Comodato, pelo período de 1 (um) ano.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, sob demanda, conforme conveniência e necessidade da unidade requisitante;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação da unidade requisitante:

6.2.1. Residência Terapêutica 2: Rua Sinder, nº 75 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ – De segunda a sexta-feira, no horário de 08:00h às 17:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para

efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo;

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Camila da Motta Moreira Estanislau	195.078	Superior Imediato
Fátima Coimbra Conceição Lopes	190.225	Fiscal Titular

Priscila Ferreira Gama de Moraes	117.228	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Hanna de Paula Delatorre Costa	063.414	Gestora Substituta

7.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

8.2. Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU). sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.2.3. Qualificação Técnica

8.2.3.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (CNPJ), em plena validade;

8.2.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.2.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.2.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.4. Habilitações Fiscal, Social e trabalhistas

8.2.4.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.4.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.4.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.4.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.4.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.3. Ter comprovação de Registro ou Inscrição junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando o exercício da atividade de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 709, de 14/11/2017, da ANP – Agência Nacional de Petróleo e/ou Autorização fornecida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para o exercício da atividade de Revenda, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 51, de 30/11/2016 – ANP (Agência Nacional de Petróleo), caso o licitante não seja distribuidor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: Coord. Saúde Mental / Residências Terapêuticas;



9.2.2. Fonte de Recursos: 1600;

9.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0083.2.198;

9.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.23;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

12.2. Comete infração administrativa:

12.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:



12.4.1. Advertência;

12.4.2. Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

12.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

12.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21;

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 14 de dezembro de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137